



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Requerimento nº de 2021
(Do Sr. Eduardo Barbosa)

Solicita que seja realizada audiência pública para debater as alterações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre a proposta de alterações no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, em curso no Ministério da Cidadania, com a presença dos seguintes convidados:

- Secretário de Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania;
- Dra. Tereza Campello, ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Elias de Sousa Oliveira, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente foram tornadas públicas as possíveis mudanças no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

Segundo noticiado na imprensa, com a proposta de mudanças no formato do CadÚnico, o governo federal planeja reduzir custos com as políticas de proteção social, promovendo o autocadastramento por meio de aplicativos para celular. Discute-se, ainda, de dentro do gabinete e sem debater com as instâncias de pactuação da política de assistência social, "mudar o paradigma de programas assistenciais para programas de aumento da renda", Isso implicará no desmonte de toda uma rede socioassistencial





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado EDUARDO BARBOSA

organizada a partir desta base de dados, e no esvaziamento do papel dos municípios no cadastramento de novos beneficiários de programas sociais.

Utilizado desde 2001, com constante aperfeiçoamento e qualificação continuada da rede de cadastramento e atendimento na Assistência Social, o CadÚnico é um dos pilares da assistência social e das políticas sociais como um todo. É uma importante ferramenta de gestão pública, que consiste numa plataforma de cadastro de dados, e base informacional para o funcionamento dos programas sociais do governo Federal, como, p. ex., o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Tarifa Social de Energia Elétrica, dentre outros.

Diante do exposto, considero fundamental e urgente que a Comissão de Seguridade Social e Família escute o Ministério, especialistas e o Colegiado de Secretários Municipais de Assistência Social sobre esse tema.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, 19 de março de 2021.

Deputado Eduardo Barbosa
PSDB / MG

